NOTA TÉCNICA

Estudo CNC sobre apostas e endividamento das famílias: análise do método e dos dados

Revisão técnica, explicada passo a passo, do estudo "Impacto das Apostas Online (Bets) no Endividamento e Inadimplência das Famílias Brasileiras", usado como base para atribuir às apostas a piora financeira das famílias.

Outubro de 2026

1. Resumo

Em 28 de abril de 2026, a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) apresentou em Brasília, no Observatório do Comércio, o estudo "Impacto das Apostas Online (Bets) no Endividamento e Inadimplência das Famílias Brasileiras". O relatório, de nove páginas, usa a pesquisa mensal de endividamento feita pela própria CNC e conclui que a expansão das apostas teve "impacto causal significativo" no agravamento da inadimplência das famílias. Ao final, recomenda considerar restrições à publicidade do setor.[1]

A divulgação teve ampla repercussão. Na nota oficial, o economista-chefe da CNC, Fabio Bentes, disse que o comércio deixou de faturar R$ 143 bilhões por causa das apostas. A Agência Brasil e outros veículos reproduziram os números, com gastos de mais de R$ 30 bilhões por mês em apostas. Desde então, o estudo é citado como prova de que as apostas aumentaram o endividamento das famílias brasileiras.[2,3,4]

Este documento verifica, ponto a ponto, se o método e os dados do relatório sustentam essas afirmações. A análise parte do próprio relatório da CNC e de dados oficiais, e usa também o parecer econômico elaborado por Guilherme Mendes Resende, doutor em Economia pela London School of Economics (LSE), da MR Consultoria Econômica. O parecer, de 26 de junho de 2026, foi contratado pela Associação Nacional de Jogos e Loterias (ANJL), entidade do setor de apostas, e examina apenas o método do estudo da CNC, sem auditar os dados. Os problemas apontados no parecer foram conferidos no relatório, e cada seção indica onde eles aparecem.[1,5]

A conclusão é que o estudo não permite afirmar que as apostas causaram aumento do endividamento. Os motivos estão resumidos abaixo e explicados nas seções seguintes.

- O estudo diz usar um método capaz de provar causa e efeito, mas deixou de fora a peça que faz esse método funcionar: um grupo de comparação.
- As apostas existem desde 2018, e o setor passou a ter regras em janeiro de 2025. O estudo marca janeiro de 2023 como o "início das bets", data em que nada mudou, e mistura no mesmo bloco o período sem regras e o período regulado.
- Juros, crédito e programas de financiamento que afetaram as dívidas no mesmo período ficaram fora do cálculo.
- Dos 39 meses que o estudo chama de "pós-Bets", 24 são anteriores ao mercado regulado. O estudo usa principalmente um período em que o setor não tinha regras para concluir que o setor precisa de mais regras, como restrições à publicidade, e não avalia separadamente o período em que as regras já estavam em vigor.
- A série de "gastos com apostas" usada pela CNC soma valores apostados e não perdas. Em 2025, segundo dados do Ministério da Fazenda, os apostadores perderam R$ 36,9 bilhões no ano, cerca de R$ 3 bilhões por mês, contra os mais de R$ 25 bilhões por mês da série da CNC.[6]
- Nos dois indicadores mais amplos, famílias endividadas e famílias com contas atrasadas, os resultados do próprio estudo não são estatisticamente significativos. O modelo divulgado não permite afirmar que houve efeito nesses indicadores.[1]
- As tabelas por grupo marcam como "forte impacto" resultados que os próprios números não distinguem de zero.[1]
- O número mais divulgado, R$ 143 bilhões que o comércio teria deixado de faturar, vem de uma fala do economista-chefe da CNC na nota oficial. Ele não aparece no relatório, que não explica como poderia ser calculado. No mesmo período, segundo o IBGE, as vendas do varejo cresceram todos os anos e bateram recorde em 2025, e a própria CNC projetou para 2025 o melhor Natal desde 2014. Como referência, as perdas líquidas estimadas dos apostadores em 2024 e 2025 somam cerca de R$ 70 bilhões, menos da metade do valor divulgado.[1,2,7,8]

- Estudo da LCA Consultoria Econômica com dados oficiais de 2025, o primeiro ano do mercado regulado, mostra que a perda líquida com apostas equivale a 0,46% do consumo das famílias, um gasto compatível com entretenimento, enquanto o pagamento de juros equivale a 8,6%. Apostadores e inadimplentes têm perfis diferentes.[9]
- O estudo inclui 15 meses posteriores ao início da regulação, mas não avalia esse período separadamente. Por isso, não permite identificar os efeitos do mercado autorizado, que é o que interessa ao debate. A regulação de 2025 criou regras de proteção ao apostador e passou a gerar os dados oficiais necessários para avaliar o setor.

Como ler este documento

A seção 2 explica os conceitos, as siglas e as instituições citadas no texto. A seção 3 descreve o estudo, como ele foi feito e como foi divulgado. Cada seção da análise traz o que o estudo afirma, onde e como isso aparece no relatório, um quadro "O que isso nos diz" com o ponto principal e a explicação completa.

O parecer econômico citado foi contratado pela ANJL. Ao usá-lo externamente, convém informar a autoria e a contratação, como o próprio parecer faz.

2. Conceitos usados neste documento

Os termos abaixo aparecem ao longo do texto.

Termo	O que significa
Apostas de quota fixa (bets)	Aposta em que o apostador sabe, no momento em que aposta, quanto vai receber se acertar. É a modalidade regulada pela Lei nº 14.790/2023.
Mercado regulado e mercado ilegal	Mercado regulado é formado pelas empresas autorizadas pelo Ministério da Fazenda, que seguem regras de proteção ao apostador e pagam tributos. Mercado ilegal é formado por sites sem autorização, que não seguem essas regras.
Correlação e causalidade	Correlação é quando duas coisas acontecem juntas. Causalidade é quando uma provoca a outra. Provar causalidade exige descartar outras explicações.
Causalidade reversa	Quando se supõe que A causa B, mas na verdade é B que causa A, ou os dois se influenciam.
Grupo de controle	Um grupo que não passou pela mudança estudada e serve de comparação. Mostra o que teria acontecido sem a mudança.
Diferenças em Diferenças (DiD)	Método que compara como dois grupos mudaram no mesmo período: um que passou pela mudança e outro que não passou. A diferença entre as duas variações é o efeito estimado.
Tendências paralelas	Condição necessária para o método de Diferenças em Diferenças funcionar: antes da mudança, os dois grupos comparados precisam ter evoluído de forma parecida. Se já andavam em ritmos diferentes, a comparação não isola o efeito da mudança.
Série temporal	Sequência de valores de um mesmo indicador medidos ao longo do tempo.
Regressão	Técnica estatística que estima quanto uma variável muda quando outra muda. É a ferramenta usada para calcular os "resultados" do estudo.
Significância estatística	Indica se um resultado é forte o bastante para não ser explicado por acaso. "Não significativo" quer dizer que o estudo não conseguiu distinguir o efeito de uma variação aleatória.
Erro padrão e estatística t	O erro padrão mede a margem de incerteza de um número. A estatística t é o resultado dividido por essa margem. Na prática, o resultado precisa ser cerca de 2 vezes maior que a margem para ser considerado significativo.
Múltiplas comparações	Quando um estudo faz muitos testes ao mesmo tempo, alguns resultados vão parecer relevantes só por acaso. Existem ajustes estatísticos que tornam a régua mais exigente nesses casos.

Siglas e instituições

Sigla ou nome	O que é
CNC	Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, entidade que representa empresas do comércio e produziu o estudo.
PEIC	Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor, feita mensalmente pela CNC desde 2010, com cerca de 18 mil entrevistas nas capitais.
ANJL	Associação Nacional de Jogos e Loterias, entidade do setor de apostas que contratou o parecer econômico.
SPA/MF	Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda. É o órgão do governo federal que autoriza, regula e fiscaliza as empresas de apostas.
Selic e Copom	A Selic é a taxa básica de juros do país, definida pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central. Quando ela sobe, todos os empréstimos ficam mais caros.
Juros do rotativo	Juros cobrados quando a pessoa não paga a fatura inteira do cartão de crédito. São os mais altos do mercado.
SCR	Sistema de Informações de Crédito do Banco Central, com registros de praticamente todos os empréstimos e financiamentos do país.
IPCA	Índice oficial de inflação do Brasil, medido pelo IBGE.

Sigla ou nome	O que é
Minha Casa Minha Vida e Plano Safra	Programas do governo federal de financiamento de moradia e de crédito para a agricultura familiar.
NBER e Federal Reserve de Nova York	Centro de pesquisa econômica dos EUA e banco central regional americano, que publicaram estudos sobre apostas e crédito.

3. O estudo da CNC

3.1 O que é o estudo

Item	Descrição
Título	Impacto das Apostas Online (Bets) no Endividamento e Inadimplência das Famílias Brasileiras
Autoria e divulgação	CNC. Apresentado em 28/04/2026, no Observatório do Comércio, em Brasília, e publicado no Portal do Comércio
Dados	Pesquisa PEIC, da própria CNC, de maio de 2021 a março de 2026 (59 meses), e uma série de gastos com apostas montada pela CNC a partir de janeiro de 2023
Indicadores analisados	Percentual de famílias endividadas; percentual com contas em atraso; percentual que diz não ter condições de pagar as dívidas nos próximos 30 dias; tempo médio de atraso
Método declarado	Diferenças em Diferenças (ver seção 2), comparando o período "pré-Bets" (mai/2021 a dez/2022) com o período "pós-Bets" (jan/2023 a mar/2026)
Conclusões	As apostas tiveram "impacto causal significativo" no agravamento da inadimplência. Homens, famílias de baixa renda, pessoas com 35 anos ou mais e pessoas com maior escolaridade seriam os mais afetados
Documento complementar	Nota técnica da CNC, de maio de 2026, com detalhes sobre dados, controles e testes estatísticos
Recomendações	Fortalecer a proteção ao consumidor, considerar restrições à publicidade do setor e ampliar a educação financeira

Fonte: relatório CNC, seções 1 a 9.[1]

3.2 Como o estudo foi construído

O relatório segue cinco passos:[1]

1. Pega quatro indicadores de endividamento da PEIC, mês a mês, de maio de 2021 a março de 2026.
2. Divide esse período em dois: antes de janeiro de 2023, chamado de "pré-Bets", e a partir de janeiro de 2023, chamado de "pós-Bets".
3. Monta uma série de gastos mensais com apostas, que começa em janeiro de 2023, e a usa como medida da exposição das famílias às apostas.
4. Estima, por regressão (ver seção 2), quanto cada indicador mudou entre os dois períodos, e atribui essa mudança às apostas.
5. Repete o cálculo para grupos de renda, sexo, idade e escolaridade, o que gera 40 resultados, e marca cada um como "forte impacto", "impacto" ou "não significativo".

O passo 4 é o centro do estudo: qualquer mudança nos indicadores entre os dois períodos é tratada como efeito das apostas. As seções 4.1 a 4.3 mostram por que essa atribuição não se sustenta.

3.3 Como o estudo foi divulgado

A CNC divulgou o estudo em nota oficial no Portal do Comércio, no mesmo dia da apresentação. A nota afirma que a análise "estabelece pela primeira vez uma relação de causalidade" entre as apostas e as famílias sem condições de pagar suas dívidas, e traz um número que não está no relatório:[2]

Número divulgado	Onde aparece	Está no relatório?
R$ 143 bilhões que o comércio "deixou de faturar"	Fala do economista-chefe da CNC, Fabio Bentes, na nota oficial: "nos últimos dois anos, o comércio deixou de faturar 143 bilhões de reais por conta desse fenômeno"	Não. O relatório não estima valores em reais desviados do comércio

Fontes: CNC, nota oficial de 28/04/2026; relatório CNC.[2,1]

O número foi um dos mais reproduzidos na imprensa. A reportagem da Agência Brasil, republicada por outros veículos, atribuiu os R$ 143 bilhões ao período de janeiro de 2023 a março de 2026 e comparou o valor às vendas de dois Natais. O próprio período varia: a fala do economista-chefe fala em "últimos dois anos", e a reportagem, em mais de três anos.[3,4,10]

O relatório publicado não explica como esse número poderia ser calculado. Seus resultados são variações em indicadores percentuais da PEIC, sem conversão para valores em reais. Os dados de vendas do IBGE e as projeções da própria CNC para o comércio no mesmo período são analisados na seção 4.12. A nota oficial também afirma que o gasto mensal com apostas supera R$ 30 bilhões "desde a regulamentação em 2023", quando o mercado regulado só começou em 2025 (seção 4.2). A reportagem destacou ainda que 80,4% das famílias estavam endividadas, indicador para o qual o resultado do próprio relatório não é estatisticamente significativo (seção 4.8).[1,2,3]

A preocupação com o endividamento das famílias é legítima, e estudos sérios em outros países encontram efeitos financeiros negativos das apostas online. A análise a seguir trata do que o estudo da CNC mediu, de como mediu e de se os números sustentam o que ele afirma.

3.4 As falhas apontadas no parecer econômico

O parecer econômico identifica onze falhas no estudo. Todas foram conferidas no relatório da CNC, e a análise a seguir acrescenta dados oficiais que não estavam no parecer. A tabela mostra onde cada falha é explicada neste documento.

#	Falha apontada no parecer econômico	Seção
1	Não há grupo de comparação: o estudo só compara o antes com o depois	4.1
2	O tratamento não está definido: o relatório não diz o que é medido como "exposição às bets", nem justifica a data de início	4.1 e 4.2
3	O estudo não verificou se a comparação era válida antes da data de corte	4.1
4	Quem aposta pode já ter um perfil financeiro diferente da média	4.5
5	Juros, crédito e outros fatores econômicos ficaram de fora	4.3
6	A dívida também pode levar à aposta	4.5
7	A pesquisa usada não identifica quem aposta; o Banco Central tem dados oficiais de crédito	4.6
8	Os indicadores principais não mostraram efeito, e a divulgação disse o contrário	4.8
9	O valor apostado foi tratado como dinheiro perdido	4.7
10	Mais de 40 testes feitos ao mesmo tempo sem o ajuste necessário	4.10
11	Resultados dos subgrupos que se contradizem	4.10

Fonte: Resende (2026), seção 5.[5]

4. Análise das afirmações do estudo

4.1 Falta o grupo de comparação

O que o estudo afirma: *o método de Diferenças em Diferenças "captura o efeito causal" da expansão das apostas sobre o endividamento das famílias.*

Como aparece no estudo. Na seção 2, o relatório justifica a escolha do método dizendo que ele "requer apenas dados pré e pós-tratamento" e "captura o efeito causal do tratamento (expansão das Bets) comparando a mudança nos indicadores de endividamento entre o período pré-Bets (mai/2021-dez/2022) e pós-Bets (jan/2023-mar/2026)". Na seção 2.3, reconhece que o método depende da hipótese de tendências paralelas e afirma que não é possível testá-la "com dados anteriores a 2021".[1]

> **O que isso nos diz**
>
> Para saber se as apostas aumentaram a dívida das famílias, é preciso comparar quem foi exposto às apostas com quem não foi. A CNC olhou apenas para o Brasil inteiro antes e depois de uma data. Qualquer outra coisa que tenha mudado no país nesse período, como os juros, entra na conta como se fosse efeito das apostas.

O método de Diferenças em Diferenças (ver seção 2) precisa de dois grupos: um que passou pela mudança e outro que não passou. O exemplo clássico é um estudo de 1994 que comparou o emprego em Nova Jersey, onde o salário mínimo subiu, com a Pensilvânia, estado vizinho onde ele não subiu. Os estudos americanos sobre apostas e finanças das famílias fazem o mesmo: comparam estados que liberaram as apostas online com estados que não liberaram.[5,11,12,13]

Não há segundo grupo. O relatório compara o mesmo grupo, as famílias brasileiras, em dois momentos. Isso é uma comparação de médias antes e depois de uma data. Ela mostra que os indicadores mudaram, mas não mostra por quê.[1,5]

A comparação não foi validada. Mesmo com dois grupos, o método só funciona se eles evoluíam de forma parecida antes da mudança. Para verificar isso, é preciso olhar um período anterior longo. O relatório usa apenas 20 meses antes da data de corte (maio de 2021 a dezembro de 2022), período de saída da pandemia e de alta forte dos juros, e afirma que não há dados anteriores a 2021. A PEIC, porém, é feita pela própria CNC desde janeiro de 2010. O relatório não explica por que começou a análise em maio de 2021 e não usou os dados anteriores para mostrar qual era a tendência dos indicadores antes de 2023.[1,5]

Nenhum outro fator foi controlado. O relatório diz ter usado uma "especificação simples (sem múltiplas variáveis de controle)". Sem grupo de comparação e sem controles, o cálculo atribui às apostas tudo o que mudou no país depois de janeiro de 2023 (seção 4.3).[1]

A conta não pode ser refeita. O relatório não apresenta a equação estimada nem diz como a exposição às apostas entra no cálculo: se como uma divisão entre antes e depois de janeiro de 2023 ou como o valor mensal dos gastos. Ao mesmo tempo, chama o resultado de "elasticidade", medida que exigiria a segunda opção. Sem a equação, nenhum outro pesquisador consegue reproduzir os números, que é o teste mínimo de qualquer estudo empírico.[1,5]

A nota técnica complementar. Em maio de 2026, a CNC publicou uma nota técnica complementar para detalhar os dados, os controles macroeconômicos e os testes estatísticos realizados. O documento apresenta especificações adicionais, com desemprego, crédito e inflação, além de testes de quebra estrutural e de causalidade de Granger. Esses procedimentos não substituem uma estratégia adequada de identificação causal. A existência de associação estatística ou de precedência temporal não permite, por si só, atribuir às apostas as mudanças observadas nos indicadores de endividamento.[14]

Testes estatísticos adicionais não substituem o grupo de comparação. Testes como o de quebra estrutural (teste de Chow) mostram que uma série mudou de comportamento em determinada data, mas não dizem o que provocou a mudança. Testes de precedência temporal (causalidade de Granger) mostram se uma variável ajuda a prever outra, o que não equivale a causa e efeito: duas séries que crescem no mesmo período, como gastos com apostas e juros, podem passar nesse tipo de teste sem que uma cause a outra. Mesmo com dois grupos, o método de Diferenças em Diferenças depende de hipóteses adicionais, como as tendências paralelas, que precisam ser demonstradas.

4.2 A data de corte: 2023 em vez de 2025

O que o estudo afirma: *a expansão das apostas ocorreu "particularmente a partir de janeiro de 2023", "desde sua regulamentação", e essa data separa o período "pré-Bets" do período "pós-Bets".*

Como aparece no estudo. A data aparece na introdução e é usada como divisor em todo o relatório. Todos os gráficos de endividamento trazem uma linha vertical em janeiro de 2023, com a legenda "Início das Bets". Na seção 2.1, o relatório explica a origem da escolha: os dados de gastos com apostas "começam apenas em janeiro de 2023".[1]

> **O que isso nos diz**
>
> As apostas de quota fixa existem no Brasil desde 2018, quando foram autorizadas por lei. A mudança relevante para o debate aconteceu em janeiro de 2025, quando o setor passou a ter regras. A CNC usa janeiro de 2023, data em que nada mudou, e mistura no mesmo período "pós-Bets" dois anos sem regras e pouco mais de um ano com regras.

Data	O que aconteceu
12/12/2018	Lei nº 13.756 cria a modalidade de apostas de quota fixa, sem regulamentação
2019 a 2024	Empresas operam sem autorização federal e sem regras de proteção ao apostador
Jan/2023	Data usada pela CNC. Nenhum evento legal ou regulatório
30/12/2023	Publicação da Lei nº 14.790, a lei das bets
2024	Ministério da Fazenda publica as regras de autorização, publicidade, jogo responsável, pagamentos e prêmios
01/01/2025	Início do mercado regulado, com as primeiras empresas autorizadas

Fonte: Resende (2026), seção 3, a partir do Diário Oficial da União e da SPA/MF.[5]

As apostas já existiam antes de 2023. A lei que criou as apostas de quota fixa é de 2018, e de 2019 a 2024 empresas operaram sem autorização federal. O gráfico de gastos do próprio relatório começa em janeiro de 2023 com cerca de R$ 4 bilhões por mês. O período que a CNC chama de "pré-Bets" também tinha apostas, e o mercado vinha crescendo antes da data de corte.[1]

A mudança que importa é a de 2025. A partir de 1º de janeiro de 2025, só empresas autorizadas pelo Ministério da Fazenda puderam operar, e passou a valer um conjunto amplo de regras que não existiam antes. A tabela traz apenas alguns exemplos:[15,16]

Tema	Antes de 2025	A partir de 2025, até a MP nº 1.394/2026
Quem pode operar	Qualquer site, sem autorização federal	Só empresas autorizadas, com outorga de R$ 30 milhões e sede no Brasil
Identificação do apostador	Não exigida	Cadastro por CPF, verificação de idade e reconhecimento facial

Tema	Antes de 2025	A partir de 2025, até a MP nº 1.394/2026
Crédito	Sem restrição	Proibido apostar com cartão de crédito ou dinheiro emprestado
Ferramentas de proteção	Não exigidas	Limites de depósito, perda e tempo; pausas; autoexclusão, inclusive pela plataforma centralizada do governo
Monitoramento	Não exigido	Obrigação de acompanhar sinais de risco e suspender quem está em risco alto
Publicidade	Sem regras específicas	Proibidos anúncios para menores, com promessa de ganho fácil ou apresentando a aposta como renda
Dados ao governo	Nenhum	Empresas informam apostas, depósitos e prêmios ao Ministério da Fazenda

Exemplos selecionados. Fontes: Lei nº 14.790/2023; Portarias SPA/MF nº 1.231/2024, 1.207/2024 e 300/2024.[15,16]

O estudo não separa os dois regimes. Dos 39 meses do período "pós-Bets", 24 (janeiro de 2023 a dezembro de 2024) são anteriores à regulação e 15 (janeiro de 2025 a março de 2026) são posteriores. O relatório trata todos como um bloco só. Assim, ele não consegue dizer se o mercado regulado teve efeito diferente do mercado sem regras, que é exatamente a pergunta relevante para a política pública.[1]

4.3 Juros, crédito e outros fatores que ficaram de fora

O que o estudo afirma: *o contexto econômico melhorou depois de 2023, o que "tenderia a REDUZIR o endividamento"; por isso, os impactos das apostas encontrados seriam "conservadores e robustos".*

Como aparece no estudo. Na seção 4, o relatório apresenta três variáveis de "contexto macroeconômico", em gráficos e texto: o desemprego, que teria caído "de aproximadamente 8,5% em 2023 para cerca de 7,5% em 2026"; as concessões de crédito, que cresceram; e a inflação, que caiu. O relatório reconhece que a expansão do crédito "poderia aumentar o endividamento", mas conclui que os resultados "sugerem" que o aumento está "mais associado às Bets". Nenhuma dessas variáveis entra no modelo do relatório original, e os juros não são mencionados. A nota técnica complementar de maio de 2026 lista séries de juros e da Selic entre os dados consultados, mas a especificação adicional que apresenta inclui apenas desemprego, crédito e inflação. O texto da nota descreve os juros como "relativamente estáveis" em um período em que a Selic chegou a 15%. Nenhuma das duas publicações considera o consignado do Auxílio Brasil ou o Desenrola.[1,14]

O que isso nos diz

O endividamento das famílias depende muito dos juros e do acesso ao crédito. No período analisado, os juros básicos chegaram a 15%, os juros do cartão passaram de 450% ao ano e programas como o Minha Casa Minha Vida fizeram milhões de novos contratos. O estudo não considera nenhum desses fatores no cálculo e atribui o resultado às apostas.

Fator que ficou de fora	O que aconteceu	Efeito esperado sobre as dívidas
Alta dos juros 2021–2022	Selic de 2% (jan/2021) para 13,75% (ago/2022)	Dívidas mais caras e mais atrasos
Nova alta dos juros 2024–2025	Sete aumentos entre set/2024 e jun/2025; Selic de 15%, o maior nível desde 2006	Coincide com o pico do indicador "não conseguem pagar" no gráfico da CNC
Juros do cartão de crédito	455% ao ano em ago/2023	Mais atrasos e atrasos mais longos
Financiamento habitacional	Mais de 2,1 milhões de moradias contratadas no Minha Casa Minha Vida (2023–2025)	Mais famílias com dívida, sem relação com apostas
Crédito rural	Mais de 1,7 milhão de contratos no Plano Safra da Agricultura Familiar 2024/2025	Mais famílias com dívida, sem relação com apostas
Digitalização bancária	Fintechs, Pix parcelado e novos meios de pagamento	Mais acesso a crédito

Fontes: Resende (2026), seção 5.5; Copom, 18/06/2025.[5,17]

O argumento de que o efeito seria "conservador" depende de que a economia só tenha melhorado no período. Os juros mostram o contrário: o crédito ficou mais caro justamente quando os indicadores de atraso pioraram. Três fatores que afetam diretamente a dívida das famílias de baixa renda coincidem com as datas do estudo e também ficaram de fora:

- **Consignado do Auxílio Brasil.** Em outubro de 2022, dois meses antes da data de corte, o governo liberou empréstimos descontados do benefício do Auxílio Brasil. Só naquele mês, foram cerca de R$ 5 bilhões, com juros de até 3,5% ao mês, pagos por famílias de baixa renda ao longo de 2023. É exatamente o público que o estudo aponta como mais afetado.[18]
- **Desenrola Brasil.** De julho de 2023 a maio de 2024, o programa renegociou R$ 53 bilhões em dívidas de 15 milhões de pessoas e retirou 10 milhões de registros de dívidas pequenas dos cadastros de inadimplentes. O efeito imediato do programa é reduzir os atrasos. Depois que ele termina, parte das dívidas volta a se acumular. Um programa desse tamanho no meio do período "pós-Bets" deforma a série nos dois sentidos, e numa comparação simples de antes e depois essa volta pode aparecer como efeito das apostas. O estudo não trata dessa distorção.[19]
- **O comportamento da inadimplência oficial.** Segundo o Banco Central, a inadimplência do sistema financeiro caiu em 2024, ano em que as transferências para apostas chegaram a cerca de R$ 20 bilhões por mês, e subiu em 2025, com a Selic em 15%. Entre as famílias, chegou a 6,7% em outubro de 2025, 1,3 ponto acima de um ano antes. O movimento acompanha os juros, e não o crescimento das apostas.[20,21]

4.4 O mercado ilegal ficou de fora

O que o estudo afirma: *a expansão das "Bets" agravou a inadimplência, e "restrições à publicidade devem ser consideradas".*

Como aparece no estudo. O relatório trata as apostas como um fenômeno único e afirma que elas cresceram "desde sua regulamentação". A série de gastos não separa empresas autorizadas de sites ilegais, e o texto não menciona o mercado ilegal. A recomendação final, de restringir a publicidade, alcança apenas as empresas autorizadas, as únicas que podiam anunciar.[1]

> **O que isso nos diz**
>
> Dos 39 meses que o estudo chama de "pós-Bets", 24 (janeiro de 2023 a dezembro de 2024) são anteriores ao mercado regulado, quando nenhuma empresa tinha autorização federal. Mesmo depois de 2025, parte relevante das apostas continuou em sites ilegais. O estudo usa um período em que o setor não tinha regras para concluir que são necessárias mais regras, e não avalia o período em que as regras já existiam. A recomendação de restringir a publicidade recai sobre as empresas autorizadas, cujo efeito o estudo não mediu.

O mercado regulado começou em 1º de janeiro de 2025. Até lá, todas as apostas aconteciam em empresas sem autorização federal, sem as regras de proteção ao apostador da Portaria SPA/MF nº 1.231/2024. Depois de 2025, o Instituto Esfera estima que os sites ilegais ainda concentravam entre 41% e 51% do mercado em 2026. A estimativa se refere a um mercado com regulação em fase inicial.[15,22]

A recomendação de restringir a publicidade parte, portanto, de um período em que a publicidade não tinha regras específicas. A partir de 2025, as empresas autorizadas passaram a seguir as regras de publicidade da Portaria SPA/MF nº 1.231/2024, que proíbem, por exemplo, anúncios voltados a menores, promessas de ganho fácil e a apresentação da aposta como forma de renda. O relatório não verifica se os indicadores de endividamento mudaram depois que essas regras entraram em vigor. Sem essa verificação, o estudo não mostra que as regras existentes são insuficientes, que seria a condição para justificar novas restrições.[1,15]

Até a MP nº 1.394/2026, que proibiu a exploração das apostas de quota fixa em setembro de 2026, as empresas autorizadas seguiam uma série de regras de proteção ao apostador que não se aplicam aos sites ilegais. Alguns exemplos: proibição de apostar com cartão de crédito ou dinheiro emprestado, limites de depósito e de tempo definidos pelo apostador, autoexclusão pela plataforma do governo, proibição de bônus de cadastro e verificação de idade por reconhecimento facial. A seção 4.2 traz outros exemplos.[15,16]

Sobre a recomendação de restringir a publicidade, o parecer lembra que 78% dos apostadores dizem não conseguir diferenciar com facilidade um site autorizado de um ilegal. Um estudo que não separa os dois mercados não oferece base para saber se restringir a publicidade das empresas autorizadas reduziria ou aumentaria o problema.[5,22]

4.5 Quem aposta, quem se endivida e o que vem primeiro

O que o estudo afirma: *as famílias "afetadas pelas Bets" passaram a se endividar mais, e "homens, famílias de baixa renda, pessoas mais velhas (35+ anos) e aquelas com maior escolaridade" são as mais vulneráveis.*

Como aparece no estudo. As seções 6 e 7 do relatório falam em "famílias afetadas pelas Bets" e descrevem grupos "mais vulneráveis aos efeitos das apostas". Os dados, porém, vêm da PEIC, que pergunta sobre dívidas e não pergunta se a família aposta. O relatório não tem nenhuma informação sobre quem, entre as famílias entrevistadas, apostou.[1,5]

> **O que isso nos diz**
>
> O estudo não sabe quais famílias apostam. Ele vê que a média das dívidas mudou e atribui isso às apostas. Pode ser que pessoas já endividadas apostem mais na esperança de recuperar dinheiro, e o estudo não consegue separar uma coisa da outra.

- **Perfil diferente.** O estudo trata todas as famílias como igualmente expostas às apostas. Os apostadores têm perfil próprio: segundo a SPA/MF, 68,3% são homens. Características anteriores, como maior tolerância a risco ou dificuldades financeiras prévias, podem explicar parte das dívidas.[5]
- **Causa invertida.** Pesquisas citadas no parecer mostram que dificuldade financeira também leva pessoas a apostar. Com dados de médias nacionais, é impossível saber se a aposta veio antes da dívida ou depois dela.[5]
- **Generalização indevida.** O estudo não mostra que as famílias endividadas da pesquisa são as mesmas que apostam. Atribui a grupos de pessoas um comportamento observado apenas na média.[5]

4.6 A pesquisa usada como base

O que o estudo afirma: *a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), da própria CNC, é base suficiente para medir o efeito das apostas.*

Como aparece no estudo. Os quatro indicadores do estudo vêm da PEIC (seção 3 do relatório): percentual de famílias endividadas, com contas em atraso, sem condições de pagar e tempo médio de atraso. Nenhum dado oficial de crédito do Banco Central é usado para medir dívidas ou atrasos.[1]

> **O que isso nos diz**
>
> O estudo usa apenas a pesquisa da própria CNC, baseada no que os entrevistados declaram sobre suas dívidas, e que não pergunta se a família aposta. O Banco Central tem registros oficiais de praticamente todos os empréstimos do país, que mostram dívidas e atrasos de fato. O estudo não usa esses dados.

A PEIC entrevista cerca de 18 mil pessoas por mês nas capitais. Ela é útil para acompanhar a percepção do consumidor e tem limites para provar causa e efeito: não identifica quem aposta, não separa tipos de dívida (financiamento da casa, cartão, consignado) e não mede quanto da renda vai para pagar dívidas. O indicador "não conseguem pagar" é uma expectativa declarada para os próximos 30 dias.[5]

O Banco Central publica o Sistema de Informações de Crédito (SCR), com registros de praticamente todas as operações de crédito do país, além de séries oficiais de endividamento, comprometimento de renda e inadimplência. Nenhuma dessas bases foi usada.[5]

4.7 Valor apostado não é valor perdido

O que o estudo afirma: *os gastos com apostas passaram "de gastos mensais próximos a zero para mais de R$ 30 bilhões", com crescimento "de mais de 500% em apenas três anos".*

Como aparece no estudo. Na introdução, o relatório fala em "mais de R$ 30 bilhões anuais". Na seção 5.4, o mesmo número aparece como "mais de R$ 30 bilhões mensais em março de 2026", acompanhado de um gráfico da série. É essa série que entra no cálculo como medida da exposição das famílias às apostas. O relatório não informa de onde vêm os valores de cada mês. A nota técnica complementar diz que a série foi montada a partir de estimativas do Banco Central e defende usar o volume movimentado, e não a perda líquida, porque o apostador compromete o dinheiro no momento do depósito.[1,14]

> **O que isso nos diz**
>
> Quando alguém aposta R$ 100, a maior parte volta como prêmio e muitas vezes é apostada de novo. A série da CNC soma o dinheiro que circula, e não o que as famílias perdem. Em 2025, os dados oficiais mostram que a perda dos apostadores foi de cerca de R$ 3 bilhões por mês, de oito a dez vezes menos que os valores usados pela CNC.

O que os dados oficiais mostram. Segundo dados do Ministério da Fazenda, em 2025 as empresas autorizadas receberam R$ 220,6 bilhões e devolveram R$ 183,7 bilhões aos apostadores em prêmios e bônus sacáveis, cerca de 83% do total. A perda líquida foi de R$ 36,9 bilhões no ano, cerca de R$ 3,1 bilhões por mês. O Banco Central chegou a uma proporção parecida: em 2024, estimou transferências de R$ 18 a 21 bilhões por mês para empresas de apostas, das quais cerca de 15% ficariam com as empresas.[20,6]

Medida	Valor	O que representa
Série da CNC (2025)	De cerca de R$ 25 bilhões a R$ 30 bilhões por mês	Valor movimentado, sem descontar prêmios
Depósitos nas empresas autorizadas (2025)	R$ 220,6 bilhões no ano, cerca de R$ 18 bilhões por mês	Dinheiro que os apostadores colocaram nas contas de apostas
Perda líquida dos apostadores (2025)	R$ 36,9 bilhões no ano, cerca de R$ 3,1 bilhões por mês	Depósitos menos prêmios e bônus sacáveis: o que de fato saiu do orçamento das famílias

Fontes: relatório CNC, seção 5.4 (valores lidos no gráfico); Ministério da Fazenda, conforme Gazeta do Povo (ago/2026); Banco Central, Estudo Especial nº 119.[1,6,20]

Os dados da Fazenda cobrem só as empresas autorizadas, e o mercado ilegal soma perdas que não aparecem nessa conta. Ainda assim, a série da CNC fica muito acima até dos depósitos totais do mercado regulado. Usar o valor movimentado como "gasto" multiplica várias vezes o peso das apostas no orçamento das famílias. Os mesmos dados oficiais servem de referência para avaliar os R$ 143 bilhões que a CNC diz que o comércio deixou de faturar (seção 4.12).

Os depósitos podem ser relevantes para analisar o comportamento dos apostadores e o uso do dinheiro no curto prazo, já que o valor sai da conta antes de parte dele voltar como prêmio. Usar essa medida exige,

porém, justificar por que ela representa o efeito sobre a renda das famílias, e o relatório não faz essa justificativa. O valor movimentado não equivale à redução definitiva da renda disponível, que é o que pesa sobre a capacidade de pagar dívidas.

- **Anual ou mensal.** O relatório chama o mesmo valor de "R$ 30 bilhões anuais" num trecho e de "R$ 30 bilhões mensais" em outro. A diferença entre os dois é de doze vezes.[1]
- **Não começa do zero.** O texto fala em gastos "próximos a zero", mas o gráfico começa em janeiro de 2023 com cerca de R$ 4 bilhões por mês.[1]
- **Saltos sem explicação.** O gráfico mostra um salto de cerca de R$ 5 bilhões para R$ 18 bilhões em um único mês, de dezembro de 2023 para janeiro de 2024, e uma linha quase reta de julho de 2025 a março de 2026. O relatório não explica nenhum dos dois movimentos.[1]

A série também mistura mercados. Os valores da CNC não separam as empresas autorizadas dos sites ilegais, e mais da metade da série é anterior às regras de 2025 (seções 4.2 e 4.4). Mesmo que a série medisse perdas, ela não diria quanto vem do mercado regulado. Ainda assim, o relatório usa o total para recomendar restrições às empresas autorizadas.[1]

4.8 Os indicadores mais amplos não mostram efeito estatisticamente significativo

O que o estudo afirma: *a expansão das apostas "está tendo um impacto causal significativo no agravamento da inadimplência das famílias brasileiras" (seção 9).*

Como aparece no estudo. A tabela da seção 6.1 traz o resultado para o conjunto das famílias. O próprio texto que acompanha a tabela reconhece que "não haja efeito estatisticamente significativo sobre o total de endividados". A conclusão do relatório, porém, fala em impacto causal significativo, e a divulgação destacou que 80,4% das famílias estavam endividadas.[1,3]

> **O que isso nos diz**
>
> O estudo testou quatro indicadores. Nos dois mais amplos, número de famílias endividadas e número de famílias com contas atrasadas, os resultados não são estatisticamente significativos: o modelo divulgado não permite afirmar que as apostas tiveram efeito nesses indicadores.

Indicador da pesquisa	Resultado estimado	Margem de incerteza (erro padrão)	O que significa
Total de famílias endividadas	−0,001	0,002	Não significativo
Famílias com dívidas atrasadas	−0,031	0,128	Não significativo
Famílias que dizem não conseguir pagar	0,122	0,041	Efeito estatisticamente significativo
Tempo médio de atraso	0,456	0,059	Efeito estatisticamente significativo

Fonte: relatório CNC, seção 6.1.[1]

- O gráfico do próprio relatório mostra que o total de famílias endividadas subiu de cerca de 68% para 79% entre 2021 e 2022, antes da data que a CNC marca como início das apostas. Depois, ficou entre 76% e 80%. O texto do relatório, na mesma seção, fala em "crescimento pronunciado a partir de janeiro de 2023", o que o próprio gráfico não mostra.[1]
- A nota técnica complementar afirma que o coeficiente das apostas foi significativo em todas as medidas de endividamento, com valores entre 0,031 e 0,456. No relatório original, o resultado para famílias com dívidas atrasadas é negativo (−0,031) e menor que sua margem de incerteza (0,128), e o do total de endividados (−0,001) nem aparece nesse intervalo. A nota não explica a diferença entre as duas publicações.[1,14]

- Os dois indicadores com resultado significativo são respostas de percepção, sem informação sobre o tipo ou o custo da dívida, e são justamente os que mais dependem dos juros (seção 4.3).[5]

O período também mistura mercados. Mesmo os dois indicadores com resultado significativo foram estimados sobre um período em que 24 dos 39 meses são anteriores às regras, e sem separar bets autorizadas de sites ilegais (seções 4.2 e 4.4). Nenhum dos quatro resultados diz respeito ao mercado regulado.[1]

4.9 Erros na marcação dos resultados

O que o estudo afirma: *as tabelas por renda, sexo, idade e escolaridade mostram "forte impacto" das apostas em vários grupos.*

Como aparece no estudo. As seções 6.2 a 6.5 dividem as famílias por renda, sexo, idade e escolaridade. Cada tabela traz o resultado, a margem de incerteza (erro padrão), asteriscos que indicam a significância e uma coluna de "interpretação", com expressões como "forte impacto positivo". São essas marcações que sustentam as conclusões sobre os grupos mais vulneráveis.[1]

> **O que isso nos diz**
> Nas tabelas da CNC, vários resultados aparecem marcados como "forte impacto" quando a própria margem de incerteza é maior que o resultado. Pela regra estatística usual, esses resultados não podem ser distinguidos de zero.

A regra é simples: divide-se o resultado pela margem de incerteza (erro padrão). Se o número obtido (estatística t) for menor que cerca de 2, o resultado não é significativo. Se for maior que 2,6, é significativo no nível mais alto, que as tabelas marcam com três asteriscos (***).

Grupo	Indicador	Resultado	Margem	Resultado ÷ margem	Como a CNC marcou
Renda até 3 salários mínimos	Total de endividados	0,139	0,168	0,83	*** forte impacto
Renda de 3 a 5 SM	Total de endividados	0,106	0,261	0,41	*** forte impacto
Renda acima de 10 SM	Total de endividados	−0,305	0,348	−0,88	*** forte impacto
Mulheres	Tempo médio de atraso	0,011	0,187	0,06	*** forte impacto
Sem ensino médio completo	Tempo médio de atraso	0,120	0,514	0,23	** significativo
Com ensino médio ou mais	Tempo médio de atraso	0,105	0,132	0,80	*** forte impacto
Sem ensino médio completo	Não conseguem pagar	0,116	0,030	3,87	não significativo

Fonte: relatório CNC, seções 6.2 a 6.5. A coluna "resultado ÷ margem" foi calculada com os valores publicados pela CNC.[1]

O último caso mostra o erro na direção oposta: um resultado claramente significativo (3,87) marcado como não significativo. Os dois primeiros casos são os que sustentam a afirmação de que as famílias de baixa renda passaram a se endividar mais.

As margens de incerteza podem estar subestimadas. Os dados são mensais, e o endividamento de um mês depende muito do mês anterior. Nesses casos, a estatística exige erros-padrão corrigidos para essa dependência (correção para autocorrelação). Sem a correção, as margens ficam menores do que deveriam, e resultados aparecem como significativos sem ser. O relatório não informa se fez a correção. Se não fez, até os resultados que passam no teste da tabela ficam em dúvida.[5]

4.10 Resultados por grupo que se contradizem

O que o estudo afirma: *as famílias de menor renda "são generalizadamente mais vulneráveis aos efeitos das Bets".*

Como aparece no estudo. A frase está na seção 6.2, que analisa os resultados por faixa de renda, e a ideia é repetida na síntese (seção 7). Para a faixa de renda mais alta, o relatório descreve um "efeito de substituição", em que as famílias reduziriam dívidas formais e acumulariam atrasos. Na seção 6.5, chama de "contraintuitivo" o resultado de que pessoas com maior escolaridade seriam mais afetadas.[1]

> **O que isso nos diz**
> Quando o estudo divide as famílias por renda, sexo e escolaridade, os resultados não fecham entre si nem com o resultado geral. Além disso, com tantos testes feitos ao mesmo tempo, é esperado que alguns pareçam relevantes só por acaso.

- **O resultado geral difere muito dos resultados por grupo.** No indicador "não conseguem pagar", o resultado para o conjunto das famílias (0,122) é bem menor que o de todas as faixas de renda (0,501 a 0,813) e que o de homens (0,441) e de mulheres (0,165). Coeficientes de regressões estimadas separadamente não precisam corresponder a uma média simples, mas o relatório não explica as especificações usadas em cada caso nem as razões para diferenças desse tamanho.[1]
- **O efeito aumenta com a renda.** No mesmo indicador: 0,510 até 3 salários mínimos, 0,501 de 3 a 5, 0,776 de 5 a 10 e 0,813 acima de 10. A conclusão de que as famílias de baixa renda são as mais afetadas não decorre desses números.[1]
- **Sinais opostos.** Na faixa acima de 10 salários mínimos, o número de endividados cai enquanto os atrasos sobem. Para as mulheres, as dívidas atrasadas caem. O relatório explica o primeiro caso com um "efeito de substituição" que não testa.[1,5]
- **Muitos testes, nenhum ajuste.** O estudo apresenta 40 resultados ao mesmo tempo. É como jogar uma moeda 40 vezes: alguma sequência estranha vai aparecer por acaso. A estatística tem ajustes próprios para isso, como as correções de Bonferroni e de Benjamini-Hochberg, que exigem resultados mais fortes quando há muitos testes. O estudo não aplica nenhum.[5]

4.11 O que mostram os dados oficiais do período regulado

O estudo da CNC não analisa separadamente o período regulado. Um estudo da LCA Consultoria Econômica, de abril de 2026, examina esse período com dados oficiais. Os dados vêm do Banco Central, da Serasa, da SPA/MF e do IBGE.[9]

> **O que isso nos diz**
> Com dados de 2025, o primeiro ano do mercado regulado, a perda líquida dos apostadores equivale a 0,46% do consumo das famílias, menos que o gasto com streaming. É um gasto compatível com entretenimento. O pagamento de juros equivale a 8,6%, quase 19 vezes mais. Apostadores e inadimplentes também têm perfis diferentes de sexo e idade. Os dados apontam o custo do crédito como principal fator da inadimplência.

O peso das apostas no orçamento. O estudo compara o gasto das famílias com apostas ao consumo total das famílias medido pelo IBGE, de R$ 8,1 trilhões em 2025. Para as apostas, usa a receita bruta de jogo das empresas autorizadas informada pela SPA/MF, isto é, o valor apostado menos os prêmios pagos, que corresponde à perda líquida dos apostadores (seção 4.7).[9]

Gasto das famílias em 2025	Valor	Parcela do consumo das famílias
Pagamento de juros	R$ 696,8 bilhões	8,6%
Celulares e acessórios	R$ 152,1 bilhões	1,88%
Serviços de streaming	R$ 69,7 bilhões	0,86%
Bebidas alcoólicas	R$ 40,5 bilhões	0,50%
Apostas (perda líquida no mercado regulado)	R$ 37,0 bilhões	0,46%

Fonte: LCA (2026), a partir de Banco Central, SPA/MF, IBGE, Ancine e IPC Maps.[9]

O valor de R$ 37,0 bilhões coincide com a perda líquida de R$ 36,9 bilhões informada pelo Ministério da Fazenda para 2025 (seção 4.7) e cobre apenas as empresas autorizadas. Um gasto com esse peso no consumo das famílias, semelhante ao de bebidas alcoólicas e menor que o de streaming, dificilmente explica sozinho o comportamento da inadimplência no país. O dado agregado não exclui consequências financeiras graves para uma parte dos apostadores, mas mostra a dimensão do fenômeno que precisa ser considerada antes de atribuir às apostas papel predominante na inadimplência nacional.[6,9]

Um gasto de entretenimento. Na Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) do IBGE, as apostas fazem parte dos gastos com lazer, ao lado de alimentação fora de casa, viagens, ingressos, clubes e assinaturas de mídia. Na última edição, de 2017 e 2018, o lazer inteiro respondia por 8,5% da renda das famílias, e jogos e apostas, incluindo loterias, por 0,3%. Os dados do período regulado mostram que as apostas continuam ocupando uma parcela pequena dessa categoria: pesam no consumo das famílias menos que o streaming e cerca do mesmo que as bebidas alcoólicas. O perfil é o de um gasto de entretenimento, que disputa espaço com outras formas de lazer.[9]

O gasto por apostador. Segundo a SPA/MF, o gasto líquido médio por apostador em 2025 foi de R$ 122 por mês. O estudo compara esse valor com a renda média habitual do trabalho medida pelo IBGE, de R$ 3.672 em fevereiro de 2026: o gasto equivale a cerca de 3,3% da renda. Segundo o Banco Central, as famílias comprometem perto de 30% da renda com juros e parcelas de dívidas. A média esconde diferenças entre apostadores: uma parte gasta muito mais que R$ 122, e é nesse grupo que o risco de problema financeiro é maior. A média mostra, porém, que o apostador típico gasta com apostas um valor próximo ao de outras despesas de entretenimento do mês, como assinaturas de streaming ou uma saída para comer fora, e não compromete parcela relevante da renda.[9]

Apostadores e inadimplentes apresentam perfis distintos. Em 2025, 25,2 milhões de CPFs fizeram ao menos uma aposta no mercado regulado, e 81,2 milhões de pessoas estavam inadimplentes, segundo a Serasa. Os dois grupos podem se sobrepor em parte, mas têm perfis diferentes:[9]

Característica	Apostadores (CPFs no mercado regulado)	Inadimplentes (Serasa)
Total em 2025	25,2 milhões	81,2 milhões
Sexo	68,3% homens e 31,7% mulheres	Divisão quase igual entre homens e mulheres
Idade	Mais de 74% têm até 40 anos	Mais de 54% têm mais de 40 anos

Fonte: LCA (2026), a partir de SPA/MF e Serasa.[9]

Se as apostas fossem a causa principal da inadimplência, seria esperado que os inadimplentes se parecessem com os apostadores. Os dados mostram o contrário: a inadimplência é mais disseminada e mais concentrada em pessoas mais velhas. A comparação de perfis não mede quantos apostadores estão inadimplentes nem o que veio primeiro, a aposta ou a dívida. Isso só é possível com dados individualizados, que nem a CNC nem a LCA usam. Os perfis diferentes, porém, não são compatíveis com a ideia de que as apostas explicam a inadimplência agregada.

O que explica a alta da inadimplência. O estudo mostra que a inadimplência das pessoas físicas no sistema financeiro, medida pelo Banco Central, cresce desde 2021 e chegou a 5,2% em fevereiro de 2026, perto dos 5,5% de 2012, anos antes de existirem as apostas de quota fixa. O crescimento veio das dívidas com bancos e financeiras, que passaram de 36,9% para 53,2% do total de dívidas atrasadas registradas pela Serasa entre 2018 e 2025. Dentro do crédito, o principal foco é o cartão de crédito rotativo, com inadimplência de 64,5% e juros de 438% ao ano no fim de 2025. Isso aconteceu enquanto o desemprego chegava a 5,2% em novembro de 2025, o menor nível da série do IBGE, e a renda média atingia recorde.[9]

Esse quadro é compatível com os fatores que o estudo da CNC deixou de fora (seção 4.3): juros altos e uso intenso de crédito caro. No mercado regulado, apostar com cartão de crédito ou outros meios de pagamento posterior e com dinheiro emprestado pela empresa de apostas é proibido, o que separa as apostas autorizadas justamente da modalidade de crédito com maior inadimplência.[15,9]

4.12 O comércio cresceu no período em que a CNC diz que perdeu R$ 143 bilhões

O que a divulgação do estudo afirma: *nos últimos dois anos, o comércio "deixou de faturar 143 bilhões de reais" por causa das apostas.*

Como aparece no estudo. A frase é do economista-chefe da CNC, Fabio Bentes, na nota oficial de 28 de abril de 2026, e não está no relatório (seção 3.3). A Agência Brasil comparou o valor às vendas de dois Natais.[2,3]

> **O que isso nos diz**
>
> Os dados oficiais de vendas do IBGE mostram que o varejo cresceu em todos os anos do período "pós-Bets" e atingiu o maior nível da série em novembro de 2025. A própria CNC projetou, em dezembro de 2025, o melhor Natal para o comércio desde 2014. Cinco meses depois, afirmou que o comércio deixou de faturar R$ 143 bilhões por causa das apostas.

O que mostram as vendas do varejo. A Pesquisa Mensal de Comércio (PMC), do IBGE, mede o volume de vendas do comércio varejista, isto é, a quantidade vendida, descontada a inflação. Nos anos que a CNC chama de "pós-Bets", o varejo cresceu mais que nos anos anteriores:[7]

Ano	Classificação no estudo da CNC	Volume de vendas do varejo (IBGE)
2021	"Pré-Bets" (a partir de maio)	+1,4%
2022	"Pré-Bets"	+1,0%
2023	"Pós-Bets", sem regras	+1,7%
2024	"Pós-Bets", sem regras	+4,1%
2025	"Pós-Bets", mercado regulado	+1,6%, com recorde da série em novembro

Fonte: IBGE, Pesquisa Mensal de Comércio, divulgação de 13/02/2026. O crescimento de 2024 foi divulgado inicialmente como 4,7% e revisado para 4,1%.[7]

Somados, os três anos de 2023 a 2025 acumulam crescimento de cerca de 7,6% no volume de vendas, contra cerca de 2,4% nos dois anos anteriores. No varejo ampliado, que inclui veículos, material de construção e atacado de alimentos, o volume ficou estável em 2025 (+0,1%). Segundo o IBGE, o resultado veio da queda nas vendas de veículos, motos e peças e do atacado de alimentos, bebidas e fumo.[7]

O que a própria CNC dizia sobre o comércio. Em dezembro de 2024, a CNC projetou que o Natal movimentaria R$ 69,75 bilhões no varejo. Em dezembro de 2025, projetou R$ 72,71 bilhões, alta de 2,1% sobre o ano anterior, e afirmou que, confirmada a projeção, seria o melhor Natal para o comércio desde 2014. Os dois anúncios foram feitos no período que o estudo de abril de 2026 trata como de perda de faturamento por causa das apostas.[8,23]

O tamanho dos R$ 143 bilhões. O dinheiro que de fato sai do orçamento das famílias com as apostas é a perda líquida: o que foi depositado menos o que voltou em prêmios e bônus sacáveis (seção 4.7). Segundo dados do Ministério da Fazenda, em 2025 as empresas autorizadas receberam R$ 220,6 bilhões e devolveram R$ 183,7 bilhões aos apostadores em prêmios e bônus sacáveis. A perda líquida foi de R$ 36,9 bilhões no ano, cerca de R$ 3,1 bilhões por mês. Para 2024, a estimativa do Banco Central, de transferências de R$ 18 a 21 bilhões por mês com cerca de 15% retidos pelas empresas, resulta em algo entre R$ 32 e R$ 38 bilhões no ano. Como referência de grandeza, as perdas líquidas estimadas dos apostadores em 2024 e 2025 somam aproximadamente R$ 70 bilhões, menos da metade dos R$ 143 bilhões divulgados pela CNC. Os períodos e as métricas não são diretamente equivalentes, já que a CNC não esclarece a que período o valor se refere, mas a diferença reforça a necessidade de apresentar a memória de cálculo e os eventuais efeitos indiretos considerados pela entidade. E parte do dinheiro perdido em apostas sairia de outros gastos, como serviços e outras formas de lazer, e não do comércio.[20,6]

O que falta é a memória de cálculo. A CNC não apresenta o modelo, as hipóteses nem a conta que levariam aos R$ 143 bilhões. Uma estimativa de faturamento que deixou de existir depende de um cenário de comparação: quanto o comércio teria vendido sem as apostas. O crescimento do varejo não exclui, por si só, que as vendas pudessem ter crescido mais. Mostra, porém, que a afirmação contraria os dados observados e que o cenário de comparação precisaria ser demonstrado, o que a CNC não fez.

O número também não distingue mercados. A fala sobre os R$ 143 bilhões se refere a "nos últimos dois anos", período que inclui meses sem regras e não separa bets autorizadas de sites ilegais (seções 4.2 e 4.4). Mesmo que houvesse alguma perda para o comércio, o estudo não permitiria saber de que mercado ela viria.[2]

5. Conclusão

A série histórica usada pela CNC não permite as conclusões do estudo. O relatório compara o Brasil antes e depois de janeiro de 2023, data que marca apenas o início dos dados disponíveis. Não há grupo de comparação, fatores decisivos para a dívida das famílias ficaram de fora, a série de gastos soma dinheiro apostado como se fosse perdido e o período analisado mistura dois regimes diferentes. As estimativas dos indicadores mais amplos não apresentam significância estatística.

O estudo não avalia o período regulado. O ponto de partida correto para avaliar o setor é janeiro de 2025, quando passaram a valer as regras de autorização, identificação, proteção ao apostador e publicidade. O relatório inclui 15 meses posteriores a essa data, mas não apresenta uma avaliação específica desse período. Por isso, não permite identificar os efeitos associados ao mercado autorizado.

O estudo usa um período sem regras para pedir mais regras. A recomendação de restringir a publicidade se apoia em uma série dominada por meses em que o setor não tinha autorização, identificação dos apostadores, ferramentas de proteção nem regras de publicidade. O estudo não avalia se as regras em vigor desde 2025 mudaram os indicadores. Para justificar novas restrições, seria preciso mostrar que as regras existentes não funcionam, e o estudo não faz essa análise.

Os dados do período regulado apontam outra direção. Com dados oficiais de 2025, o estudo da LCA mostra que a perda líquida com apostas equivale a 0,46% do consumo das famílias, contra 8,6% do pagamento de juros, e que apostadores e inadimplentes têm perfis diferentes. O gasto com apostas tem o peso de um gasto de entretenimento, e a inadimplência acompanha o custo e o tipo de crédito usado pelas famílias (seção 4.11). Ao mesmo tempo, o varejo cresceu em todos os anos do período e atingiu recorde em 2025, e a CNC não apresenta a conta que levaria à perda de R$ 143 bilhões divulgada (seção 4.12).[9,7]

A regulação criou as condições para medir e enfrentar os problemas. Antes de 2025, o setor funcionava sem autorização, sem identificação dos apostadores, sem ferramentas de proteção e sem dados oficiais. A regulação criou instrumentos para enfrentar os problemas desse período e passou a gerar as informações que permitem avaliar o setor:[6,24,25]

- o Ministério da Fazenda passou a conhecer o valor depositado e o perdido pelos apostadores: R$ 36,9 bilhões de perda líquida em 2025, cerca de R$ 3 bilhões por mês;
- a Plataforma Centralizada de Autoexclusão registrou mais de 1,2 milhão de pedidos até agosto de 2026;
- mais de 25 mil sites ilegais foram bloqueados em 2025, o primeiro ano do mercado regulado.

O que isso nos diz

A preocupação com o endividamento das famílias é legítima, mas as evidências apresentadas pela CNC não demonstram que as apostas foram responsáveis pelo agravamento da inadimplência. A falta de identificação causal, as inconsistências estatísticas e a ausência de memória de cálculo dos números divulgados impedem que os resultados sejam tratados como prova ou como fundamento para novas restrições.

A pergunta relevante para a política pública é qual foi o efeito do mercado regulado sobre as famílias. O estudo da CNC não responde a essa pergunta: usa uma data sem relação com a regulação, mistura o período sem regras com o período regulado, não analisa os meses posteriores a 2025 e, ainda assim, recomenda novas restrições ao setor regulado. Os dados oficiais de 2025 mostram que as apostas têm peso pequeno no orçamento das famílias. Avaliar o setor exige estudos com os dados oficiais que a própria regulação passou a produzir.

6. Mensagens-chave

Frases curtas, cada uma ligada à seção que a explica.

1. O número mais divulgado sobre o estudo, R$ 143 bilhões que o comércio teria deixado de faturar, está na fala do economista-chefe da CNC, e não no relatório. (3.3)
2. No período em que a CNC diz que o comércio perdeu R$ 143 bilhões, as vendas do varejo cresceram todos os anos, segundo o IBGE, e bateram recorde em 2025. Em dezembro de 2025, a própria CNC projetou o melhor Natal desde 2014. (4.12)
3. Como referência de grandeza, as perdas líquidas estimadas dos apostadores em 2024 e 2025 somam cerca de R$ 70 bilhões, menos da metade dos R$ 143 bilhões divulgados. A CNC não apresenta a memória de cálculo desse valor. (4.12)
4. O estudo da CNC não compara famílias expostas e não expostas às apostas. Compara o Brasil antes e depois de uma data. (4.1)
5. As apostas existem no Brasil desde 2018. A mudança relevante foi a regulação, em janeiro de 2025. A CNC usa janeiro de 2023, data em que nada mudou na lei ou nas regras do setor. (4.2)
6. O período analisado teve Selic de 15%, juros do cartão acima de 450% ao ano, e o consignado do Auxílio Brasil, fatores que ficaram fora do cálculo. (4.3)
7. Dos 39 meses que o estudo chama de "pós-Bets", 24 são anteriores ao mercado regulado. O estudo usa um período em que o setor não tinha regras para concluir que são necessárias mais regras, e não avalia o período em que as regras já estavam em vigor. (4.4)
8. Em 2025, os apostadores perderam cerca de R$ 3 bilhões por mês, segundo dados do Ministério da Fazenda. A série da CNC usa valores de R$ 25 a 30 bilhões por mês, que somam dinheiro apostado e não perdido. (4.7)
9. Nos dois indicadores mais amplos, famílias endividadas e com contas atrasadas, os resultados do próprio estudo não são estatisticamente significativos. (4.8)
10. As tabelas da CNC marcam como "forte impacto" resultados que os próprios números mostram ser indistinguíveis de zero. (4.9)
11. Em 2025, a perda líquida com apostas no mercado regulado equivaleu a 0,46% do consumo das famílias, menos que o gasto com streaming. É um gasto compatível com entretenimento. O pagamento de juros equivaleu a 8,6%. (4.11)
12. Apostadores e inadimplentes têm perfis diferentes: 68,3% dos apostadores são homens e mais de 74% têm até 40 anos; entre os inadimplentes, a divisão por sexo é quase igual e mais de 54% têm mais de 40 anos. (4.11)
13. O estudo da CNC inclui 15 meses do período regulado, iniciado em 2025, mas não avalia esse período separadamente. Avaliar o setor exige analisar esse período com os dados oficiais que a regulação passou a produzir. (5)

Fontes

1. CNC. Impacto das Apostas Online (Bets) no Endividamento e Inadimplência das Famílias Brasileiras. Relatório, divulgado em 28/04/2026. https://portaldocomercio.org.br/publicacoes_posts/impacto-das-apostas-on-line-bets-no-endividamento-e-inadimplencia-das-familias-brasileiras/

2. CNC. Nota oficial sobre o estudo de apostas e endividamento. Portal do Comércio, 28/04/2026. https://portaldocomercio.org.br/acoes-institucionais/cnc-alerta-explosao-com-gastos-em-apostas-on-line-pressiona-orcamento-familiar-levando-268-mil-familias-a-inadimplencia/

3. AGÊNCIA BRASIL (Gilberto Costa). Para CNC, bets agravam endividamento das famílias brasileiras (R$ 143 bilhões retirados do varejo; 80,4% das famílias endividadas). 28/04/2026. Reproduzida em Acessa.com. https://www.acessa.com/economia/2026/04/322131-para-cnc-bets-agravam-endividamento-das-familias-brasileiras.html

4. YOGONET. Apostas x endividamento: ANJL questiona números de pesquisa da CNC. 29/04/2026. https://www.yogonet.com/brasil/noticias/2026/04/29/8854-apostas-x-endividamento-anjl-questiona-numeros-de-pesquisa-da-cnc

5. RESENDE, Guilherme Mendes. Parecer Econômico: análise técnica do estudo da CNC sobre o impacto das apostas de quota fixa no endividamento das famílias brasileiras. MR Consultoria Econômica, contratado pela ANJL. Brasília, 26/06/2026.

6. GAZETA DO POVO. Brasileiros gastaram R$ 220 bilhões em bets em 2025 (dados do Ministério da Fazenda obtidos via LAI: depósitos de R$ 220,6 bi, prêmios e bônus sacáveis de R$ 183,7 bi; dados preliminares, perda líquida de R$ 36,9 bi). 19/08/2026. https://www.gazetadopovo.com.br/economia/brasileiros-gastaram-220-bilhoes-bets-2025/

7. IBGE. Agência de Notícias. Vendas no comércio variam -0,4% em dezembro e fecham 2025 em 1,6% (Pesquisa Mensal de Comércio; varejo: 1,4% em 2021, 1,0% em 2022, 1,7% em 2023, 4,1% em 2024, 1,6% em 2025; recorde da série em nov/2025). 13/02/2026. https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/45895-vendas-no-comercio-variam-0-4-em-dezembro-e-fecham-2025-em-1-6.html

8. O POVO. Natal terá maior volume de vendas do varejo desde 2014, diz CNC (projeção de R$ 72,71 bilhões, alta de 2,1% sobre 2024). 03/12/2025. https://www.opovo.com.br/noticias/economia/2025/12/03/natal-tera-maior-volume-de-vendas-do-varejo-desde-2014-diz-cnc.html

9. LCA CONSULTORIA ECONÔMICA. Endividamento e Inadimplência das Famílias no Brasil: evidências sobre a dinâmica recente e fatores de impacto. Abril de 2026. Dados de Banco Central, Serasa, SPA/MF e IBGE. https://ibjr.org.br/wp-content/uploads/2026/06/lca-estudo-endividamento.pdf

10. STARTSE. Estudo: R$ 143 bilhões migraram do varejo para as bets. 29/04/2026. https://www.startse.com/artigos/estudo-rdollar-143-bilhoes-migraram-do-varejo-para-as-bets/

11. BAKER, S. R. et al. Gambling Away Stability: Sports Betting's Impact on Vulnerable Households. NBER Working Paper 33108, 2024. https://www.nber.org/papers/w33108

12. HOLLENBECK, B.; LARSEN, P.; PROSERPIO, D. The Financial Consequences of Legalized Sports Gambling. SSRN / Management Science. https://papers.ssrn.com/abstract=4903302

13. GOSS, J.; MANGRUM, D. Sports Betting Across Borders: Spatial Spillovers, Credit Distress, and Fiscal Externalities. Federal Reserve Bank of New York Staff Report 1184. https://www.newyorkfed.org/medialibrary/media/research/staff_reports/sr1184.pdf

14. CNC/GEADE. Nota Técnica: Impactos econômicos das apostas online sobre os indicadores de Endividamento e Inadimplência do Consumidor. Maio de 2026.

15. SPA/MF. Portaria nº 1.231, de 31 de julho de 2024 (jogo responsável, publicidade, autoexclusão). https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-spa/mf-n-1.231-de-31-de-julho-de-2024-575670297

16. SPA/MF. Portarias nº 1.207/2024 (RTP mínimo de 85%) e nº 300/2024 (certificação).

17. Congresso em Foco. Copom eleva a Selic para 15%, maior patamar desde 2006 (18/06/2025). https://www.congressoemfoco.com.br/noticia/109561/copom-eleva-a-taxa-selic-para-15--maior-patamar-desde-2006

18. DIÁRIO DO COMÉRCIO. Consignado do Auxílio Brasil salta a R$ 5 bi em outubro (dados do Banco Central; juros limitados a 3,5% ao mês). 28/11/2022. https://diariodocomercio.com.br/economia/consignado-do-auxilio-brasil-salta-a-r-5-bi-em-outubro/

19. AGÊNCIA BRASIL. Desenrola Brasil beneficiou 15 milhões de pessoas, informa Fazenda (R$ 53,07 bilhões renegociados, jul/2023 a mai/2024). 21/05/2024. https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2024-05/desenrola-brasil-beneficiou-15-milhoes-de-pessoas-informa-fazenda

20. BANCO CENTRAL DO BRASIL. Estudo Especial nº 119: Análise técnica sobre o mercado de apostas online no Brasil e o perfil dos apostadores (transferências brutas de R$ 18 a 21 bilhões por mês em 2024; retenção estimada de cerca de 15%). Set/2024. https://www.bcb.gov.br/conteudo/relatorioinflacao/EstudosEspeciais/EE119_Analise_tecnica_sobre_o_mercado_de_apostas_online_no_Brasil_e_o_perfil_dos_apostadores.pdf

21. CNN BRASIL. Inadimplência no sistema financeiro registra maior alta em 3 anos, diz BC (pessoas físicas, crédito livre: 6,7% em out/2025, alta de 1,3 ponto em 12 meses; queda do indicador do sistema em 2024). 26/11/2025. https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/inadimplencia-no-sistema-financeiro-registra-maior-alta-em-3-anos-diz-bc/

22. MASSONETTO, L. F.; FIASCHETTI, B. B.; CARVALHO, E. M. Bets: mercado ilegal e crime organizado. Instituto Esfera, fev/2026. Estimativa referente a um mercado com regulação em fase inicial.

23. PODER360. Natal deve movimentar R$ 69,75 bi no varejo, diz CNC. Dez/2024. https://www.poder360.com.br/poder-economia/natal-deve-movimentar-r-6975-bi-no-varejo-diz-cnc

24. MINISTÉRIO DA FAZENDA. Cerca de 800 mil pessoas estão impedidas de apostar após renegociação de dívidas (13/08/2026; mais de 1,2 milhão de pedidos na Plataforma Centralizada de Autoexclusão). https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/noticias/2026/agosto/cerca-de-800-mil-pessoas-estao-impedidas-de-apostar-apos-renegociacao-de-dividas

25. Gazeta do Povo. Balanço do primeiro ano do mercado regulado (SPA/MF): 25 mil sites ilegais bloqueados em 2025. https://www.gazetadopovo.com.br/economia/plataforma-autoexclusao-contas-bets-217-mil-brasileiros-cadastros/